

Ler, a quem será que se destina?

Vera Lopes
Elzira Divino Perpetuo

Palestra proferida no 1º Encontro Mineiro de
Professores do Curso de Ciências Contábeis

Na literatura, encontramos muito mais que conhecimento, este algo tão precioso para o mundo atual, que nos provoca tanta ansiedade, numa busca incessante de dados, fatos, informações.

A área contábil está imersa neste mundo, não diferentemente, cremos, de outras.

Mas aqui, neste nosso encontro, estaremos lidando com dois outros papéis sociais que exercemos, mais abrangentes que o de alguém que se desenvolveu especificamente em uma área, como a contábil: o de cidadão e o de professor.

A leitura da literatura pode ser tratada como um hábito pessoal, uma forma de atender a interesses, divertimento, gosto. Porém, isso pode se dar em relação a qualquer outro texto.

Podemos, então, pensar que a literatura apresenta outras funções, podemos pensar no que ela faz, no que a distingue de outros textos.

Aristóteles falava de katharsis, de purgação ou purificação de emoções como o temor e a piedade. Seria algo como uma experiência ligada às paixões que se dá pela leitura da literatura. Meio que, ao ler um texto literário, vivamos os processos dolorosos que ali são apresentados, redimensionados a uma existência entre o papel e o leitor, mas que se instaura no leitor. Isso de tal forma que transcendemos uma situação individual em uma existencial.

O mesmo Aristóteles dizia ainda que a literatura pode instruir ou agradar, ou melhor, instruir agradando, função ratificada por Horácio, que dizia ser ela doce e útil. Nisso ela seria bastante diferente do conhecimento científico, utilitário.

O mesmo Aristóteles dizia ainda que a literatura pode instruir ou agradar, ou melhor, instruir agradando, função ratificada por Horácio, que dizia ser ela doce e útil. Nisso ela seria bastante diferente do conhecimento científico, utilitário.

Da continuidade a essas funções a de regular e compreender o comportamento humano, ao que se denomina doxa. Vejam como, de certa forma relacionadas, essas funções revelam que a literatura nos ensina a amar, a odiar, a sonhar, a viver, enfim.

Nosso comportamento seria assim regulável? Estaríamos todos sujeitos a pensar e agir da mesma forma?

Montaigne faz certa inversão: "Cada homem tem em si a forma completa da condição humana".

Tendo em vista essas considerações, concluímos que somos todos cidadãos, aptos a nos ocuparmos da nossa própria condição, e que a literatura é uma forma de fazer isso. Assim, aprendemos, literariamente, a lidar com os sentimentos, com os sonhos, com a vida, enfim.

Umberto Eco (2001), em "A literatura contra o efêmero", artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo, caderno Mais!, percorre um caminho interessante para que possamos refletir sobre o papel da literatura em nossas vidas. Vamos tentar dialogar sobre essas funções que ele ali apresenta.

Muitos vezes já ouvimos dizer que a literatura não serve para nada. Talvez se possa pensar que isso é o melhor da literatura. Sabemos que esse "nada" se opõe à utilidade, à praticidade que muitos exigem de quase tudo que transita por suas vidas.

Mas podemos pensar que a literatura "mantém a língua em exercício e, sobretudo, a mantém como patrimônio coletivo" (ECO, 2001). Isso pode parecer pouco, mas vejam que a língua corre livremente, apesar dos gramáticos, e a literatura sinaliza essa liberdade da língua. BARTHES (1998), discorrendo sobre literatura, comenta que ela diz o que nenhum outro texto quer dizer; que, quando a língua se vê em situações de obstáculo, ela é desafiada pela literatura.

Ainda segundo Eco (2001), além da manutenção coletiva da língua, "a prática literária também mantém em exercício nossa língua individual", já que os leitores escolhem suas leituras, o estilo que preferem, inéditos ou não.

Há ainda que se considerar o "exercício de fidelidade e de respeito dentro da liberdade de interpretação" a que nos obriga a leitura da obra literária. É possível construir vários efeitos de sentido para uma obra, mas não qualquer efeito de sentido. O interessante é que essa variedade de planos interpretativos nos coloca em contato com a ambigüidade, não só da obra, mas da linguagem e da vida. Porém, esse direito à ambigüidade se desenvolve ante a intenção do texto, o que parece ser uma incoerência, mas que, na verdade, é um movimento intenso, profundo, na busca do encontro entre o eu e o outro, entre o leitor e o

mundo, entre a vida potencial em todos nós e a linguagem.

Saimos, assim, das certezas que outros textos podem parecer apresentar, dos relatórios e dos noticiários, tão falsamente unânimes em sua única interpretação, para entrarmos num discurso assumidamente relativo, ambíguo, possível, mas não qualquer.

Estamos entrando agora no mundo do imaginário, entretanto não banalizado pelo termo "ficção". No clássico *Dom Casmurro*, por exemplo, o bruxo Machado de Assis nos deixou a pensar décadas a fio, e parece-nos, séculos a fio, se Capitu traiu ou não traiu Bentinho; e o mais interessante é ficarmos conjecturando a respeito disso, sem que consigamos chegar a alguma resposta, ou felizes momentaneamente achando que encontramos a resposta, até a próxima, e portanto nova, leitura, quando nos deparamos com um detalhe antes desapercibido, uma pontuação-pista, uma fala-vestígio, uma toque de voz narrativo tão irônico, a ponto de nos dar uma nova orientação. E aí, recomeçamos tudo, no enalço de retificar a primeira leitura, ou, o que é muito curioso, no enalço de ratificar, mas com outros dados, a primeira leitura. E isso, infinitamente.

Vocês podem estar pensando que isso é muito pouco prático. E já tentando responder a isso, diria que a beleza talvez esteja nessa falta de praticidade, nesse burilar da leitura, nesse diálogo com o texto sempre em descoberta.

Podemos, ainda, livremente, criar novas posturas para Capitu, na tentativa de livrá-la da pecha do adultério ou de definitivamente incriminá-la, sendo menos ou mais casmurros.

Observem que estaríamos fazendo o papel que a era virtual hoje nos oferece concretamente: participar da construção de histórias em grupo, "cujos participantes tecem narrações cujos rumos podem ser modificados até o infinito" (ECO, 2001).

Mas não podemos mudar a dúvida: Capitu matou ou não matou Bentinho? Nossa liberdade vai até aí, porque nem os mais crentes na infidelidade de Capitu deixam de desconfiar do narrador que é Bentinho, tão ciumento

A leitura da literatura é, então, mais que um jogo de reflexões sobre o adultério: é a reflexão sobre a condição humana ante a possibilidade de ele se concretizar ou não, ante a ética, a desconfiança, o ciúme, a perda, o silêncio que pode ou não consentir...

As considerações sobre a literatura, como sobre essa obra machadiana que nos serviu aqui como modelo para se pensar no texto literário e suas relações com o leitor, nos colocam diante de nós mesmos, ante a nossa existência. E cremos ser essa a função da literatura.

Pela mesma razão, Eco (2001) afirma que as obras literárias,

contrariando nosso desejo de mudar o destino, nos fazem experimentar a impossibilidade de mudá-lo. E assim, quer seja a história que elas contem, contarão também a nossa, e é por isso que as lemos e as amamos.

E nem assim, com tudo o que há de bom nessa palavra, nem assim podemos afirmar realmente que a literatura transforma as pessoas em cidadãos. Sabemos, contudo, com certeza, que ela nos possibilita pensar, refletir, e isso significa nos preparar para as transformações. Assim, ela nos prepara, nos coloca em condições para enfrentar as transformações — portanto, ela nos ensina a viver.

Como somos todos seres em transformação, é possível concluir que a literatura é fundamental para qualquer um. Inclusive para nós, na nossa profissão, a de professores.

Ora, este nosso papel social nos dá certo poder, e como diz o personagem Peter Parker, o Homem Aranha, “grandes poderes, grandes responsabilidades.” Brincadeiras à parte, no nosso caso, certos poderes, certas responsabilidades.

Ancorados nos limites de nossas disciplinas, temos consciência de que podemos apenas transmitir aos nossos alunos certo conteúdo, promover o desenvolvimento de certas habilidades e assim sabemos de nossa contribuição para a formação de um profissional.

Mas talvez possamos fazer um pouco mais. Talvez possamos contribuir para a formação do sujeito, do cidadão, alguém que merece refletir sobre a vida, sobre o mundo e, não satisfeito com o imperfeito, procurar melhorá-lo.

Um professor da área contábil tem muita responsabilidade nessa formação. Os números podem confirmar ou desviar a ética; promover a real certeza ou a aparente certeza; influir nas decisões de um país; determinar rumos comportamentais com a fidelidade dos fatos ou a alteração dos mesmos.

Assim, passam por nossas mãos dezenas, centenas de alunos, que lidarão com os números e com eles terão na vida sua parcela de poder. Lidar com os números, com o contábil, no mundo de hoje, também significa lidar com a ética.

Mas o que tem a literatura a ver com tudo isso? Bem, poderíamos dizer que a literatura é um dos instrumentos que temos para que nosso aluno reflita sobre a vida que se lhe depara. Tomemos como exemplo o relatório feito por Graciliano Ramos ao Governador do Estado de Alagoas, em 1929, sobre o balanço contábil de sua atuação como prefeito em

Palmeira dos Índios. Impregnado de subjetividade, aliás, como o é qualquer relatório, esse texto mostra o papel das palavras e como sua seleção determina e é determinada pela intenção do autor. O mesmo vale para os números, por exemplo, para a ordem em que são colocados os dados. Nada ali parece ser aleatório. Vejamos.

Nos trechos:

CEMITÉRIO

No cemitério enterrei 189\$000 – pagamento ao coveiro e conservação

e

FUNCIONÁRIOS DA JUSTIÇA E DA POLÍCIA

Os escrivães do juri, do civil e da polícia, o delegado e os oficiais de justiça levaram 1:843\$314

verificamos como é interessante o uso dos vocábulo “enterrei” e “levaram”, que informam ao leitor mais do que os dados: podem revelar, por exemplo, como o Prefeito considerava inúteis os gastos com o cemitério e com o pagamento a certos funcionários — neste caso, há até um julgamento ético.

Óbvio é que um relatório não é um texto literário, dado ao fato de seus objetivos serem muito diferentes daqueles que atribuímos à literatura, a nos preparar para as transformações da vida. O que queremos discutir aqui é o direcionamento que se dá a este tipo de texto, caso venha das mãos de quem tem conhecimento literário. (Lembramos que Graciliano Ramos, na época em que foi prefeito, não havia escrito um livro sequer; seu relatório, publicado no Imprensa Oficial, em 1929, foi lido por um editor que, impressionado com a habilidade do prefeito com as palavras, incitou-o a desenvolver esta arte e, mais tarde, publicou seu primeiro romance, Caetés.)

Assim, o que anuncia ou o que se esconde tem a ver com nossa postura diante do mundo, e pode, portanto, ser alimentado pela dimensão existencial que a literatura nos proporciona.

Quando lemos literatura e nos comprometemos com o que elas nos apresenta, temos mais chance de desenvolver uma qualidade profissional que seja também comprometida com a qualidade da vida humana.

É importante que saibamos mostrar aos nossos alunos o que eles passarão a ter em mãos quando se profissionalizarem, bem como apontar a eles os rumos que poderão seguir. E é nesse momento que a sua formação literária pode intervir.

Dessa forma, ao ensinar seus alunos os conteúdos específicos, os professores da área contábil, leitores de literatura, poderão discutir com eles os homens que são, como poderão se deter diante de certas propostas ou avançar para elas. Vocês podem até dizer que isso se faz sem literatura. E podemos até concordar. Porém sabemos que isso se faz por ela. Que os exemplos a seguir estão ali, nos livros, e, então, em nós mesmos.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1998.

ECO, Umberto. A literatura contra o efêmero. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 mar. 2001. Caderno Mais.

RAMOS, Graciliano. *Viventes das alagoas: quadros e costumes do Nordeste*. Rio de Janeiro: 1984